

[Página Principal](#) > ... > [Encontrar Um Profissional Da Justiça](#) > [Tipos de Profissões Jurídicas](#) > [Sweden](#)

Tipos de profissões jurídicas

Conteúdo fornecido por
Suécia

Suécia



Esta página dá-lhe uma perspetiva geral das profissões jurídicas na Suécia.

[Procuradores](#) [Juizes](#) [Advogados](#) [Notários](#) [Outras profissões jurídicas](#)

Profissões jurídicas – introdução

Procuradores

Organização

O serviço do Ministério Público é constituído pelo [Ministério Público Sueco](#) (*Åklagarmyndigheten*) e pela [Autoridade Sueca para os Crimes Económicos](#) (*Ekobrottsmyndigheten*). Ambas as autoridades dependem diretamente do Governo (ministro da Justiça). O Ministério Público é liderado pelo Procurador-Geral e a Autoridade dos Crimes Económicos por um Diretor-Geral. O Procurador-Geral (*Riksåklagare*) é o procurador de categoria mais elevada no país, sendo responsável pelo serviço do Ministério Público, cuja direção está a seu cargo.

O Procurador-Geral é responsável pelo desenvolvimento jurídico, pelo funcionamento do [Supremo Tribunal](#) e pelas tarefas administrativas. Os procuradores seniores são responsáveis por áreas específicas do serviço do Ministério Público. Os procuradores do Ministério Público são nomeados pelo Procurador-Geral e estão organizados em distritos constituídos por procuradores distritais. Alguns procuradores distritais são especialistas numa determinada área. Existem 32 procuradorias distritais do Ministério Público. Este conta ainda com três procuradorias internacionais e quatro nacionais, que se ocupam de casos especiais. Cada procuradoria distrital é liderada por um procurador-chefe.

Todos os procuradores do Serviço do Ministério Público são totalmente independentes para decidir, o que significa que um procurador sénior não poderá impor a sua decisão à de um procurador subordinado num caso em que o subordinado seja responsável. Para ser procurador, é necessário ter a nacionalidade sueca. Antes de poder exercer a profissão, é necessário obter um mestrado em Direito na Suécia e seguir um período de formação prática de dois anos de trabalho como escrivão num tribunal de comarca ou administrativo. Em determinadas circunstâncias, a formação jurídica noutro país escandinavo pode ser considerada equivalente a um mestrado em Direito. Os procuradores são inicialmente contratados como procuradores estagiários durante nove meses, durante os quais têm um mentor para orientar o seu trabalho. Posteriormente, são submetidos a um curso de formação de dois anos, enquanto trabalham como procuradores, antes de serem nomeados procuradores distritais.

Existem três centros de formação de procuradores, em Estocolmo, Gotemburgo e Malmö, liderados por um procurador sénior. Os centros de formação conduzem trabalho de metodologia e desenvolvimento jurídico, dentro de cada área do direito criminal, e funcionam como centros de conhecimento nas suas áreas de competência. Também realizam acompanhamento jurídico e supervisão. Por exemplo, todos os recursos das decisões dos procuradores são apreciados pelos centros de formação.

Função e deveres

O procurador tem três deveres principais:

- conduzir a investigação do crime;
- decidir se deve ser deduzida acusação;
- comparecer em tribunal.

O procurador lidera o inquérito preliminar no caso de crimes que não sejam considerados pouco graves, em que alguém possa com razoabilidade ser suspeito da prática de um crime.

O procurador pode liderar o inquérito também noutros casos, se existirem motivos especiais para tal. Como responsável pelo inquérito preliminar, o procurador deve assegurar que o crime é investigado da melhor forma possível. No caso de crimes de menor gravidade, o inquérito é conduzido inteiramente por agentes da polícia.

Se o inquérito preliminar for conduzido por um procurador, este é assistido pela polícia. O procurador fiscaliza continuamente o inquérito e toma decisões sobre as medidas de investigação e os atos necessários. Quando o inquérito preliminar estiver concluído, o procurador decide iniciar ou não o processo judicial (o mesmo se aplica aos inquéritos preliminares conduzidos pela polícia).

Outro aspeto importante do trabalho do procurador é a preparação dos processos e a comparência em tribunal. Se deduzir acusação, o procurador determina o enquadramento do processo judicial, mediante uma descrição do crime. A maioria dos procuradores passa pelo menos um ou dois dias por semana no tribunal.

O Procurador-Geral é o único procurador com poderes para iniciar ou prosseguir processos no Supremo Tribunal. No entanto, pode nomear um procurador-assistente para o Gabinete do Procurador-Geral ou nomear outro procurador do Ministério Público para o representar no Supremo Tribunal.

Bases de dados jurídicas








Estão disponíveis informações adicionais sobre os Procuradores no [sítio do Ministério Público](#).

Juízes

Organização

Os juízes permanentes (*ordinarie domare*) são nomeados pelo Governo sob recomendação do Conselho de Propostas de Juízes (*Domarnämnden*), um órgão consultivo estatal independente. Em princípio, os juízes só podem ser exonerados nas circunstâncias previstas no documento constitucional conhecido como o Instrumento do Governo Sueco (*regeringsformen*).

Para ser juiz, é necessário ter a nacionalidade sueca. Para poder exercer a profissão, é necessário obter um mestrado em Direito na Suécia. Em determinadas circunstâncias, a formação jurídica noutro país escandinavo pode ser considerada equivalente a um mestrado em Direito. A maioria dos juízes permanentes trabalha nos tribunais de comarca, nos tribunais administrativos, nos tribunais de recurso ou nos tribunais administrativos de recurso. Nos tribunais de recurso e tribunais administrativos de recurso, o juiz que assegura a direção do tribunal denomina-se «presidente» (*president*), enquanto nos tribunais de comarca e tribunais administrativos é designado «juiz-chefe» (*lagman*). Os juízes do Supremo Tribunal e do Supremo Tribunal Administrativo designam-se conselheiros (*justitieråd*).

Muitos dos juízes permanentes seguiram uma carreira tradicional durante a qual desempenharam a função de [escrivão num tribunal de comarca](#)  (329 Kb)  ou [num tribunal administrativo](#)  (281 Kb)  e, depois, candidataram-se ao cargo de *escrivão-relator* (*fiskal*) num tribunal de recurso ou tribunal administrativo de recurso. Depois de passar, pelo menos, um ano neste tribunal, o juiz estagiário deve exercer as funções de *escrivão-relator* num tribunal de comarca ou num tribunal administrativo durante, pelo menos, dois anos. Segue-se o desempenho das funções de juiz associado num tribunal de recurso ou num tribunal administrativo de recurso durante o período mínimo de um ano. Depois de concluir e obter aproveitamento no curso, o juiz estagiário é nomeado juiz desembargador associado num tribunal de recurso ou tribunal administrativo de recurso. Os *escrivães-relatores* e os juízes associados são exemplos de juízes não permanentes que podem comparecer em tribunal. Nos tribunais também trabalham [advogados redatores](#)  (280 Kb)  e 

[relatores \(281 Kb\)](#) 

Em todos os tribunais de comarca, tribunais de recurso, tribunais administrativos e tribunais administrativos de recurso existem juizes não togados (*nämndemän*). Os juizes não togados são nomeados por um período de quatro anos:

- pelo conselho municipal, em municípios da jurisdição territorial do tribunal de comarca;
- pelo conselho distrital, nos distritos da jurisdição do tribunal administrativo, do tribunal de recurso ou do tribunal administrativo de recurso. Os juizes profissionais participam na decisão de questões específicas e de casos jurídicos, e cada juiz não togado dispõe de um voto.

Bases de dados jurídicas

Para mais informações sobre juizes togados e juizes não togados, consulte o [sítio dos tribunais suecos](#). Para questões relacionadas especificamente com juizes togados, consulte o sítio da [Associação Sueca de Juizes](#).

Organização das profissões jurídicas: advogados

Advogados

Ao abrigo da lei sueca, apenas os membros da [Ordem dos Advogados](#) (*Sveriges Advokatsamfund*) podem utilizar o título profissional de advogado. Para ser membro da Ordem, é necessário:

- ser residente na Suécia ou noutro país da UE ou do EEE, ou na Suíça;
- ter obtido aproveitamento nos exames de qualificação como juiz – na Suécia, o mestrado em Direito;
- possuir três anos de experiência na área do Direito e exercer à data do pedido de inscrição;
- ter concluído o estágio da Ordem e superado os exames;
- ser conhecido como pessoa idónea e apta em todos os aspetos para exercer a profissão de advogado.
- Aplicam-se regras especiais aos candidatos provenientes de outros países da UE, do EEE ou da Suíça que preencham os requisitos de estágio para se tornarem advogados nos países de origem.
- As decisões para aceitar novos membros são tomadas pelo Conselho da Ordem dos Advogados.
- A Ordem dos Advogados da Suécia foi fundada por iniciativa privada em 1887, tendo-lhe sido atribuído estatuto oficial com a entrada em vigor, em 1948, do atual Código de Processo Judicial. A Ordem tem atualmente mais de 4 700 membros.
- A Ordem rege-se pelo Código de Processo Judicial e pelo seu próprio estatuto, que está sujeito à aprovação do Governo. A Ordem é uma associação de direito privado com os seguintes objetivos:
- manutenção de elevados padrões éticos e profissionais na profissão jurídica;
- fiscalização das alterações legais e garantia da intervenção da Ordem neste contexto;
- salvaguarda dos interesses gerais da profissão e promoção da cooperação e do consenso entre os seus membros.

A Ordem tem também alguns deveres públicos. O Código de Processo Judicial atribui-lhe tarefas administrativas, permitindo-lhe funcionar como autoridade pública, especialmente em matérias disciplinares.

A regulação da Ordem tem como objetivo assegurar que os cidadãos que procurem aconselhamento jurídico recebem assistência qualificada. De acordo com o Código de Processo Judicial, os membros da Ordem têm o dever de agir de acordo com o código de deontologia profissional e estão sujeitos aos poderes de regulação e de supervisão da Ordem dos Advogados e do Chanceler da Justiça. Os advogados estão sujeitos à supervisão da Comissão Disciplinar da Ordem dos Advogados. Se considerar que um advogado violou o código de conduta da Ordem, a Comissão Disciplinar pode impor uma sanção disciplinar contra o membro em questão.

Bases de dados jurídicas

Estão disponíveis mais informações no sítio da [Ordem dos Advogados da Suécia](#).

Conselheiro jurídico/consultor jurídico

Os juristas que não são advogados podem agir como conselheiros jurídicos em processos judiciais, desde que o tribunal considere o conselheiro jurídico apto. Em princípio, contudo, apenas os advogados podem ser nomeados

defensores oficiosos.

Notários

Organização

Além do notário público (ver *infra*), não há notários especiais na Suécia.

O notário público é nomeado pelo [Conselho Administrativo Distrital](#) (*Länsstyrelsen*) e deve ser legalmente qualificado, conhecer a língua sueca e possuir outras aptidões.

Função e deveres

Bases de dados jurídicas

Não há um diretório publicamente disponível e/ou sítio Web para esta profissão.

Alguns sítios Web dos Conselhos Administrativos Distritais contêm, porém, mais informações sobre os notários públicos.

A função do notário público é auxiliar os cidadãos em vários domínios, tais como:

- reconhecimento de assinaturas, cópias, traduções e outras informações que respeitem ao conteúdo de documentos;
- comparência em tribunal como testemunha, em certos casos;
- fiscalização de sorteios;
- acompanhamento de outras inspeções ou exames e elaboração de um relatório das suas observações;
- recebimento de declarações de natureza económica ou legal e entrega dessas declarações a terceiros;
- confirmação de que uma pessoa ou entidade está autorizada a praticar certos atos;
- emissão de certificados, de acordo com a Convenção de Haia de 5 de outubro de 1961, relativa à supressão da exigência da legalização de atos públicos estrangeiros (apostilha).

Bases de dados jurídicas

Não há um diretório publicamente disponível e/ou sítio Web para esta profissão.

Alguns sítios Web dos Conselhos Administrativos Distritais contêm, porém, mais informações sobre os notários públicos.

Outras profissões jurídicas

A [Autoridade de Execução Sueca](#) (*Kronofogdemyndigheten*) é responsável pela execução de créditos e outras obrigações. O agente de execução (*kronofogde*), funcionário desta autoridade, deve garantir a legalidade da execução. É possível obter formação como agente de execução na Suécia. Para se ser aceite nesta formação, é necessário ser cidadão sueco, ter um mestrado em Direito ou habilitações académicas comparáveis e ser um escrivão qualificado (*notarie*). É igualmente possível substituir a qualificação como escrivão por um período de tempo especificamente determinado de formação em serviço ou por meio de um procedimento de dispensa.

Última atualização: 09/11/2020

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.